

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS INFÂNCIA E EDUCAÇÃO

Altina Abadia da Silva
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Infância e Educação é um espaço de debate crítico e de proposições comprometidas acerca das questões afetas à infância. Atualmente, tanto na pesquisa quanto na extensão, o principal tema de investigação e de atuação do NEPIE, gira em torno dos direitos da criança e do adolescente. Nascido em 2002 como projeto de extensão ligado aos cursos de Pedagogia e de Educação Física, tinha como escopo o estudo de temas relativos à infância e educação junto aos professores das redes de ensino. A partir de 2008, o Grupo de Estudos Infância e Educação foi cadastrado junto ao CNPq e começou a reorientar suas atividades segundo as exigências do referido órgão de pesquisa. Assim, uma das suas principais marcas é seu caráter extensionista, mesmo após sua conversão em Núcleo de Pesquisa, pois se trata de um grupo cuja investigação nasce preponderantemente de sua prática social junto a professores das redes de ensino, organismos de proteção à infância bem como profissionais da saúde da cidade de Catalão e região. Outra marca importante do NEPIE é a interdisciplinariedade, pois ele sempre debateu a infância a partir de diferentes áreas do saber, o que contribuiu para seu enriquecimento. É também em função disso que suas linhas de pesquisa são: 1) Corpo, arte e o brincar; 2) Infância, adolescência e sociedade; 3) Prática educativa, processos de socialização, de ensino e aprendizagem. Em 2014 o NEPIE completa 12 anos de idade, tempo emblemático na vida humana, que indica certo rito de passagem, como se uma virada fosse iminente e inadiável. Para estar robusto e enérgico como hoje se apresenta, ele se alimentou de um velho sonho – talvez infantil –, que é o de ver a infância brasileira atingir sua condição de cidadania num país que ainda está por fazer desse conceito, carne. Em sua trajetória, o NEPIE produziu seis Simpósios que polemizaram temas como Educação Infantil, Arte e Cultura, Infância e Conhecimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil e no ano de 2014 os Fios e as Tramas da Infância no Brasil, além da pesquisa e da extensão que sempre desenvolveu. Nunca esqueceu que arte e cultura são alimentos tão importantes quanto à comida e o estudo que podem fazer de nós seres humanos mais nobres. E chega aqui com a tarefa de disseminar a relevância dos direitos humanos, nesse caso, direitos da infância e da adolescência, ainda tristemente solapados em nosso país pela falta de cuidados, de afeto, de investimentos e de políticas públicas que elejam a infância como pedra preciosa da vida humana. As propostas aqui apresentadas pelo Núcleo possuem eixo comum justamente na articulação de suas linhas de pesquisa com o tema dos direitos das crianças e dos adolescentes e das políticas públicas que necessariamente precisam ser disparadas e efetivadas como reconhecimento daqueles.

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NA MICRORREGIÃO DE CATALÃO (GO)

**Altina Abadia da Silva
Heloisa Vitoria de Castro Paula
Priscilla de Andrade Silva Ximenes**

Resumo

O projeto de pesquisa: Políticas e Serviços de atendimento a infância e adolescência na microrregião de Catalão (GO) congrega os pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisa Infância e Educação – NEPIE, e visa subsidiar a discussão sobre o atendimento à infância e adolescência na microrregião de Catalão/GO. Para isso busca compreender e situar as competências e o financiamento das políticas, programas e ações de âmbito federal, estadual e municipal dirigidos à criança e ao adolescente, especialmente nas áreas da saúde, educação, lazer e cuidados. A análise volta-se também para alguns desafios apontados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sobretudo aqueles relativos a sugestões e estratégias de atendimento e financiamento para a ampliação dos gastos destinados à infância e adolescência. Um dos objetivos específicos desse projeto “guarda-chuva” se desdobrou no projeto de pesquisa ora apresentado, cujos objetivos são: 1) reconhecer as demandas manifesta e reprimida por acesso a partir do detalhamento do número de crianças matriculadas nas redes pública e privada de Catalão; 2) identificar as responsabilidades e competências para a oferta de políticas e serviços de educação; 3) relacionar os investimentos públicos realizados em favor da educação infantil para o período compreendido entre 2000 e 2020; e 4) avaliar o investimento complementar das famílias e empresas da região com a educação Infantil. Dentro da perspectiva dada à Educação Infantil pela legislação brasileira a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, se faz pertinente à escolha da Educação Infantil como objeto de estudo. Analisando a importância da inclusão desta etapa do ensino à Educação Básica e o incentivo a municipalização deste atendimento, se torna notório a necessidade de uma discussão reflexiva sobre a situação estrutural e funcional destas instituições através de levantamentos quantitativos e qualitativos. Com uma estrutura de responsabilidades e competências, a Constituição Federal (CF) de 1988 estabeleceu que a educação deve ser considerada um direito social, definindo desta forma, a Família e o Estado como responsáveis pelo seu provimento. Visando assegurar o cumprimento da lei, visualizando a garantia de acesso e permanência do cidadão em uma instituição educacional de qualidade, este estudo buscou diagnosticar a realidade vivenciada na cidade de Catalão (GO) e a sua relação com a garantia dos direitos constitucionais. O objetivo geral desta pesquisa se encontra em realizar um diagnóstico do atendimento referente à infância e adolescência na microrregião de Catalão (GO) no que diz respeito ao acesso, qualidade e qualificação dos profissionais. Dentro deste projeto “Guarda chuva” se encontram outros projetos de pesquisa e extensão realizados pelos pesquisadores do NEPIE em suas respectivas linhas, sendo eles: o subprojeto “Perfil da educação infantil em Catalão (GO): indicadores de acesso e condições de oferta”, este estudo busca delinear o número de crianças de zero a cinco anos matriculadas nas redes pública e privada, considerando inclusive as crianças que não frequentam escola ou creche. Nesta perspectiva o estudo objetiva identificar as responsabilidades e competências no que tange ao atendimento a estas crianças, relacionado às políticas e serviços de educação e os investimentos públicos realizados em favor da Educação Infantil para o período compreendido entre 2000 e 2020.

Palavras –chaves: infância educação infantil

O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DOCENTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.

**Altina Abadia da Silva
Heloisa Vitoria de Castro Paula**

Resumo:

O Núcleo de Estudos e Pesquisa Infância e Educação – NEPIE, através Universidade Aberta do Brasil – UAB realizou curso sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente oferecido aos profissionais da Educação Básica, e também aos diferentes atores sociais ligados à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O curso se insere na modalidade de formação continuada de profissionais da educação, da saúde, do desenvolvimento social, da segurança pública e justiça, da mídia e lideranças de movimentos sociais, bem como dos conselhos tutelares e de direitos, tratando das temáticas ligadas a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, possibilitando aos profissionais condições de observar e introduzir nas suas reflexões e práticas as relações pertinentes a temática, na perspectiva de construção de uma sociedade que contemple a cidadania da criança e do adolescente. O curso está na sua quarta edição e conta com acompanhamento de uma equipe de professores da universidade a qual pertencemos, formada por coordenação, tutoria, professores formadores e supervisão do curso entre outros, essa equipe planejou o curso e faz sua avaliação e adequação para as segunda, terceira e quarta edição solicitadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI. A experiência de oferta de um curso de extensão a distância possibilitou inúmeras reflexões fomentando o surgimento de vários projetos de pesquisa e extensão no nosso núcleo e da proposição de dois cursos pós-graduação lato sensu, especialização em Direitos Humanos da criança e do adolescente via SECADI e Curso de especialização em Ensino Interdisciplinar sobre Infância e Direitos Humanos. Através da educação a distância - EaD temos experienciado novos rumos no processo de ensino e aprendizagem docente. Para Moran (2002) a educação a distância é um processo de ensino aprendizagem em que sua mediação perpassa pelas tecnologias. Iniciar um aprendizado em educação à distância quando já se encontra inserido na docência perpassa por um processo de desconstrução dos estigmas que se carrega acerca do conceito desta formação em que não estamos face a face com o aluno. A ação docente, a interlocução com os alunos, está mediada por outras ferramentas que o professor precisa conhecer aprofundar e apropriar-se. A compreensão como docente inicial neste processo requer tempo e organização para interagir com os novos recursos, concepções e valores. O que exige um constante aprimoramento e abertura para lidar com os desafios, implicações e exigências da prática docente que o professor comumente assume na modalidade de educação presencial.

Palavras-chave: Formação de professores; estatuto da criança e do adolescente; educação à distância.

A EXPRESSÃO CORPORAL, A BRINCADEIRA E A LUDICIDADE NA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA E A QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS

**Maristela Vicente de Paula
Adriana Santos do Prado Sadoyama
Neila Maria Mendes Borges**

Resumo:

Como processo cultural o acesso a brincadeira e ao jogo se dá fundamentalmente na relação com outro e com as condições de espaço, materiais e possibilidades de exploração desses elementos. Nesse sentido, as crianças que se encontram em condições sociais adversas, por vezes tem acesso restrito a elementos de brincadeira, jogos e mesmo de interação com o adulto. Observando essas dificuldades de acesso das crianças e adolescentes a equipamentos sociais voltados ao brincar, foi proposto um projeto de intervenção social na periferia urbana da cidade de Catalão (GO) onde são oferecidos vários recursos de expressão corporal, artística e literária como formas de expressão do universo lúdico infantil que tornaram objeto de investigação sobre as possibilidades que esses recursos propiciam para a formação humana dos sujeitos dessa comunidade. O objetivo geral consiste em propiciar vivências corporais e com jogos, brinquedos e brincadeiras, tematizando discussões em torno da educação do corpo, como processo histórico e social, capaz de proporcionar reflexão e colaborar com a formação humana pelo acesso e interação com essas formas de manifestação da cultura. A dinâmica do projeto de extensão compreende atividades com as crianças em dois encontros semanais, nos quais são utilizados as dependências de uma Organização não Governamental, que disponibiliza espaço físico com brinquedos, jogos e materiais para práticas corporais e expressivas. A interação com as crianças e adolescentes participantes do projeto, denominado *Oficinas corporais, jogos, brinquedos e brincadeiras com crianças em situação de risco*, propiciam elaborações sobre questões relativas aos direitos humanos e as políticas públicas voltadas para essa população. Como resultados, identificamos direitos negados à infância e adolescência vinculados a própria concepção dos termos, bem como das condições de vida das famílias das quais são pertencentes. Nesse contexto a brincadeira está relegada ao tempo que excede a turno escolar e as tarefas com que as crianças e adolescentes dividem ou assumem indevidamente com os adultos.

Palavras-Chave: direitos humanos; brincadeiras, infância e adolescência.